



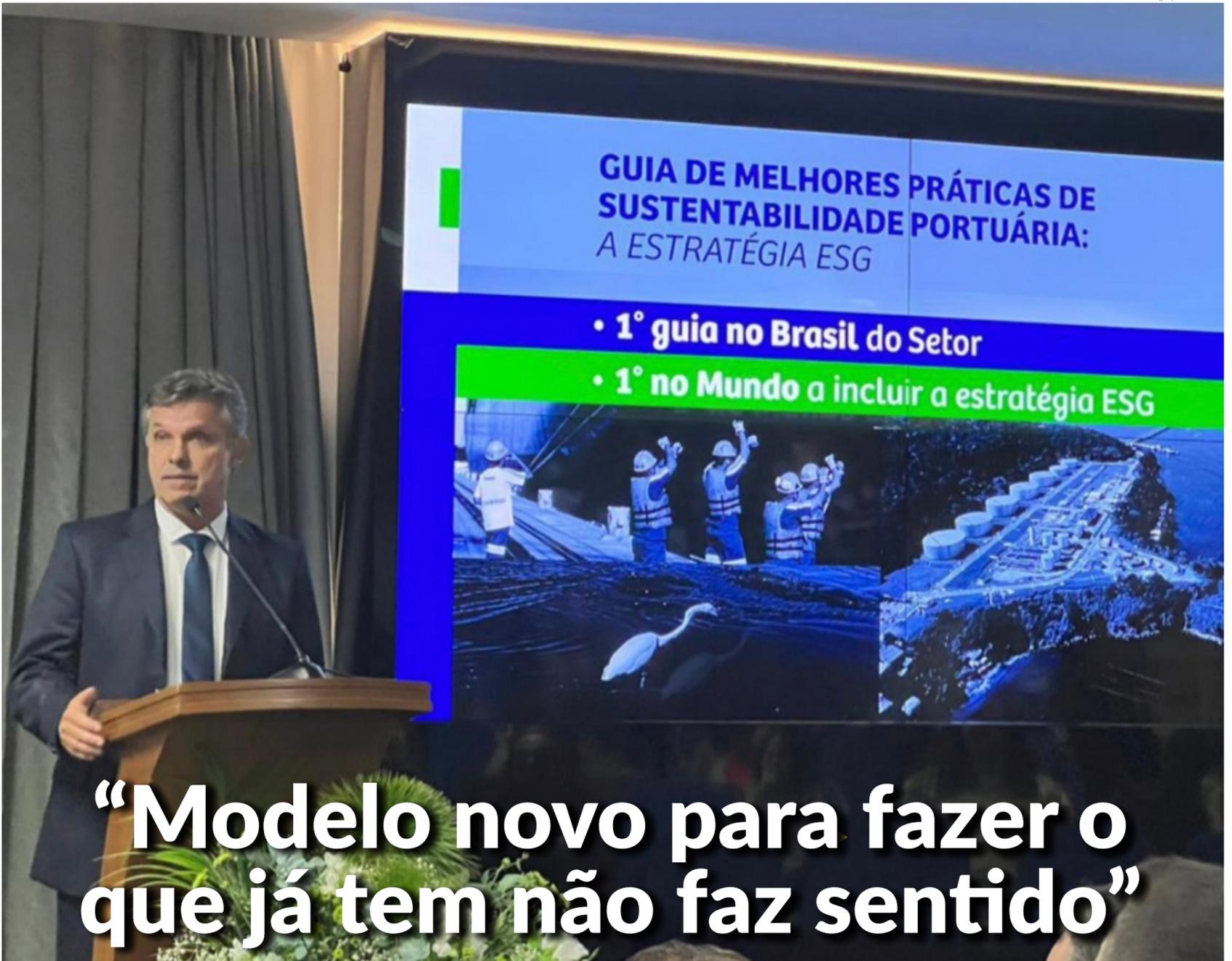
portalbenews.com.br

HUB Ex-secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo está cotado para presidir o Porto de Santos ▶**p3**

OPINIÃO Advogados Benjamin Gallotti e Alexandre Moreira Lopes falam sobre a imunidade recíproca das autoridades portuárias para pagamento do IPTU e a evolução jurisprudencial ▶**p8**



Divulgação/ABEPH



“Modelo novo para fazer o que já tem não faz sentido”

Diretor-geral da Antaq Eduardo Nery se posiciona contra a Emenda 54, que propõe limitar a autonomia das agências reguladoras ▶**p3**

Reprodução/Santa Cecília TV



Secretário de SP e empresários da Baixada Santista alinham primeiros passos de coalizão ▶**p5**

ESG ATP lança em Brasília o primeiro guia de sustentabilidade portuária ▶**p4**

PECÉM Complexo portuário cearense prepara hub de hidrogênio verde ▶**p6**

NORTE EXPORT Fórum vai debater desenvolvimento da região amazônica ▶**p7**

EDITORIAL

O caminho da sustentabilidade

O setor portuário deu um importante passo para o correto desenvolvimento do segmento nessa terça-feira, dia 28, em Brasília, com o lançamento do primeiro guia de sustentabilidade portuária no Brasil. Desenvolvido pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), em parceria com o grupo de pesquisa LabPortos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), a obra aborda casos e regras para que as instalações marítimas e fluviais possa ser implantadas e expandir suas operações de forma sustentável. E ainda mais importante, de forma inédita, o conteúdo tem como base a estratégia ESG, que destaca a importância das ações ambientais (o E da sigla), sociais (S) e de governança (G).

Em entrevista ao BE News, o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, destacou que o guia “reforça o compromisso da entidade e de seus associados no desenvolvimento de novos padrões de qualidade e desempenho, visando garantir a evolução portuária de maneira sustentável”. Já o presidente da Abeph, Luiz Fernando Garcia da Silva, lembrou que “a busca do equilíbrio entre a atividade portuária e os pilares da sustentabilidade seguirá nos desafiando, e a união do setor será determinante para discutir problemas comuns e encontrar soluções conjuntas”, disse.

O setor portuário continua expandindo sua infraestrutura, a fim de atender as demandas do comércio exterior e da economia do Brasil, como esperado. E deve trilhar esse caminho, como defendem autoridades do segmento, com critérios sustentáveis. E tal medida não significa restringir investimentos ou projetos, apenas direcioná-los para que sua implantação gere o menor impacto ambiental e o melhor reflexo social. É, portanto, um novo paradigma, que vem a ser reforçado por obras como a do guia lançado ontem pela ATP.

Não há outro caminho para as atividades econômicas que não o do desenvolvimento sustentável. E essa deve ser a diretriz para o crescimento dessas áreas e o fortalecimento do País.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 3 Diretor-geral da Antaq Eduardo Nery se posiciona contra a Emenda 54, que propõe limitar a autonomia das agências reguladoras

HUB

- 3 Ex-secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo está cotado para presidir o Porto de Santos

NACIONAL

- 4 Em Brasília, ATP lança guia de práticas sustentáveis

REGIÃO SUDESTE

- 5 Coalizão define eixos de trabalho para o desenvolvimento econômico da Baixada Santista

REGIÃO SUL

- 5 Voos entre Uruguaiana e Congonhas serão operados todos os dias

REGIÃO NORDESTE

- 6 Pecém completa 21 anos e prepara hub de hidrogênio verde

REGIÃO NORTE

- 7 Norte Export vai debater desenvolvimento da região amazônica

OPINIÃO

- 8 “A imunidade recíproca das autoridades portuárias para pagamento do IPTU e a evolução jurisprudencial”, por Benjamin Gallotti e Alexandre Moreira Lopes

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Marília Sena e Vanessa Pimentel

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br



Nova diretoria em Santos 1

O Ministério de Portos e Aeroportos está próximo de concluir a formação da nova diretoria da Santos Port Authority (SPA), a Autoridade Portuária de Santos. Está praticamente confirmado que a presidência será ocupada pelo advogado Anderson Pomini, ex-secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo (na gestão de João Doria) e um dos principais responsáveis pela articulação que viabilizou a escolha de Geraldo Alckmin (então PSDB, hoje PSB) como vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas últimas eleições. Pomini também atuou para que o então candidato ao Governo de São Paulo Márcio França (PSB) - hoje, ministro de Portos e Aeroportos - desistisse desse objetivo no ano passado, fortalecendo a candidatura de Fernando Haddad (PT), que acabou derrotado e hoje é ministro da Fazenda.

Nova diretoria em Santos 2

No Ministério de Portos e Aeroportos, é sabido que Pomini não tem experiência no setor portuário. Porém, é pessoa de confiança do ministro Márcio França, o suficiente para garantir a nomeação ao cargo de presidente do principal porto do Brasil.

Nova diretoria em Santos 3

Para a Diretoria de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, é forte o nome do engenheiro e consultor Eduardo Lustoza, indicado para o cargo por senadores. Com atuação em Santos (SP), ele foi gerente de Planejamento e Desenvolvimento de Áreas e Instalações da então Codesp (antigo nome da SPA) de 2017 a 2018. Também foi diretor de Portos da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos. Nos últimos anos, ele também tem trabalhado como porta-voz da campanha Vou de Túnel, que defende a construção de um túnel submerso ligando as duas margens do complexo portuário santista.

Congonhas 1

A operadora aeroviária espanhola Aena assinou ontem o contrato de concessão para explorar o Aeroporto de Congonhas (SP). A Aena venceu o leilão para a administração da instalação aeroportuária no ano passado, com uma oferta de R\$ 2,4 bilhões. Ela fará a gestão de Congonhas por 30 anos, tendo o compromisso de investir R\$ 5,8 bilhões na unidade.

Congonhas 2

O contrato ainda terá de ser assinado pela Infraero, atual administradora de Congonhas. Isso teria de ter ocorrido ontem, mas a medida foi adiada para hoje. A Infraero disse que se confundiu com as datas, gerando um constrangimento para o Governo.

Emenda 54 pode esvaziar agências reguladoras, diz diretor-geral da Antaq

Eduardo Nery se posicionou contra a proposta de criação de conselhos para fiscalizar decisões tomadas pelos órgãos



Eduardo Nery discursou no evento de lançamento do guia de práticas sustentáveis pela ATP, ontem, em Brasília

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

NERY DIZ QUE AS AGÊNCIAS JÁ DEMONSTRARAM PARA O CONGRESSO QUE AS PREOCUPAÇÕES DESCRITAS NA EMENDA 54 JÁ ESTÃO CONTEMPLADAS NA POLÍTICA DOS ÓRGÃOS

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, afirmou ontem (28) que a Emenda 54 em trâmite no Congresso Nacional não é uma forma de aprimorar a política das agências reguladoras, mas de esvaziá-las e tirar a autonomia. “Criar um modelo novo para fazer o que já tem não faz muito sentido”, disse ele ao BE News.

A Emenda 54 foi apresentada dentro da Medida Provisória 1.154/2023 que reorganiza a estrutura do Governo Federal. O texto propõe monitorar a atividade das agências reguladoras criando conselhos para fiscalizar se as decisões normativas desses órgãos estão alinhadas com a lei e os marcos regulatórios.

“Esvazia o poder de deliberação das agências, transfere

para um outro conselho. Então de fato ela deixa de ter essa função deliberativa e de exercer a regulação, sem dúvida ela esvazia o papel das agências”, criticou Nery.

Para o deputado Danilo Forte (União-CE), autor da emenda, as agências reguladoras atropelam a legislação e se colocam acima do Poder Judiciário “quando abertamente di-

zem que não vão cumprir ordens judiciais e isso precisa ser discutido”. O parlamentar informou que vai pedir uma audiência pública para discutir a emenda. O texto da Medida Provisória da emenda 54 vence no dia 2 de abril, mas pode ser prolongado por mais dois meses. A reunião deverá acontecer na Comissão de Minas e Energia da Câmara nas próximas semanas.

Eduardo Nery defendeu que as agências reguladoras já demonstraram para o Congresso que as preocupações descritas na Emenda 54 já estão contempladas na política dos órgãos. “Seja dentro do processo de construção da regulação quando você tem análise de impacto regulatório e audiências públicas para o setor se manifestar. Existem mecanismos dentro do Congresso para coibir aquilo que pode ser considerado um eventual exagero regulatório por meio de Decreto Legislativo”, defendeu o diretor-geral da Antaq.

Eduardo Nery esteve ontem (28) em Brasília, onde participou do evento de lançamento do guia de práticas sustentáveis pela Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

Durante conversa com jornalistas, afirmou que a tentativa de empresas de pagar outorga de concessões através de precatórios do Governo Federal pode afetar futuros leilões da Antaq, pois o modelo de contratos não permite esse tipo de pagamento. A discussão sobre a legalidade do mecanismo está na Advocacia-Geral da União (AGU) e na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados.

Antaq espera fazer cinco leilões de terminais portuários ainda no primeiro semestre deste ano. Três em Maceió (AL) para movimentação de granéis líquidos, um terminal de passageiros em Fortaleza (CE) e outro em Paranaguá (PR) para movimentação de granéis vegetais com expectativa de investimento de R\$ 500 milhões.

NACIONAL

Em Brasília, ATP lança guia de práticas sustentáveis

Estudo destaca práticas ambientais, sociais e de governança nos portos privados e públicos do país

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) lançou ontem (28) o primeiro guia de sustentabilidade portuária no Brasil. O estudo foi realizado pela associação que representa os portos privados, o grupo de pesquisa LabPortos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH).

O evento de lançamento foi realizado em Brasília, na sede da Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Para o diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, o guia “reforça o compromisso da en-

tidade e de seus associados no desenvolvimento de novos padrões de qualidade e desempenho, visando garantir a evolução portuária de maneira sustentável”.

A publicação atende às novas demandas do setor. “Sustentabilidade não é um caminho de competição, é um caminho de cooperação”, disse a representante da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Flávia Nico.

Com destaque para a estratégia ESG, o estudo destaca 42 práticas ambientais, 43 sociais e 13 de governança nos portos privados e públicos do país. A pesquisa também revela os princípios do guia da sustentabilidade. Entre eles estão políticas, programas, processos, planos, projetos e parcerias.

Já o presidente da ABEPH,



O evento de lançamento do guia foi realizado em Brasília, na sede da Confederação Nacional do Transporte

Luiz Fernando Garcia da Silva, afirmou que os portos públicos brasileiros possuem um compromisso com o desenvolvimento socioeconômico e o aumento da qualidade de vida da população. “A busca do equilíbrio entre a atividade portuária e os pilares da sustentabilidade

seguirá nos desafiando, e a união do setor será determinante para discutir problemas comuns e encontrar soluções conjuntas”, disse.

O guia é publicado no momento em que investidores do setor de infraestrutura e logística estão criando normas e con-

PARA O DIRETOR-PRESIDENTE DA ATP, MURILLO BARBOSA, O GUIA “REFORÇA O COMPROMISSO DA ENTIDADE E DE SEUS ASSOCIADOS NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PADRÕES DE QUALIDADE E DESEMPENHO, VISANDO GARANTIR A EVOLUÇÃO PORTUÁRIA DE MANEIRA SUSTENTÁVEL”

dutas sustentáveis. No material, dicas práticas de planejamento e implantação da sustentabilidade são disponibilizados.



OPORTUNIDADE ÚNICA!

24 a 28 Abril • Singapura 2023

**SINGAPORE
EXPORT**
FÓRUM INTERNACIONAL DE LOGÍSTICA,
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

**BRASIL
EXPORT**

PROGRAMA SINGAPORE MARITIME WEEK

- 23 | Jantar de Abertura
- 24 | Pier 71 ♦ TCOMS
- 25 | Feira Sea-Asia Marine Tech, parte da Singapore Week (evento focado em inovação portuária)
- 26 | Feira Sea-Asia MariTech e visita a PSA (Porto de Singapura)
- 27 | Crimson Logic (Janela Única - Single Window) ♦ MPA (equivalente da ANTAQ) Rocktree (Logística de graneis)
- 28 | Singapore Maritime Institute ♦ Reuniões privadas ♦ Almoço de Encerramento

Viaje conosco e participe da **delegação brasileira** que visitará as mais **modernas instalações portuárias de Singapura**

Solicite pacotes de viagem e maiores informações pelo email:
hevelyn@bossaturismoeeventos.com.br

REGIÃO SUDESTE

Coalizão define eixos de trabalho para o desenvolvimento econômico da Baixada Santista

Primeira reunião entre secretário estadual e empresários da região ocorreu na sede da Unisantia, em Santos (SP)

Reprodução/Santa Cecília TV

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br



Os empresários presentes gostaram da iniciativa, principalmente na questão de envolver a iniciativa privada em diálogo constante com o poder público

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Paulo (SDE) promoveu na noite de segunda-feira (27) a primeira reunião de trabalho da coalizão da Baixada Santista para alavancar a economia da região. O encontro, que ocorreu na Universidade Santa Cecília (Unisantia), em Santos, teve a participação do secretário da pasta, Jorge Lima, e de empresários de diversos segmentos.

Nessa parceria entre governo do Estado e empresários foram definidos cinco eixos de trabalho, divididos nos seguintes subgrupos:

- 1 - Educação, Tecnologia, Inovação e Qualificação;
 - 2 - Porto, Polo Industrial e Petróleo & Gás;
 - 3 - Mobilidade;
 - 4 - Turismo e Revitalização do Centro de Santos;
 - 5 - Construção Civil e Programas Habitacionais.
- Com a criação dos cinco

eixos, a classe empresarial apontará quais são as áreas de interesse de cada um deles. Daqui para a frente serão realizados encontros direcionados para cada eixo, com os empresários participando da reunião referente ao tema que escolheram.

“Os empresários estão montando projetos de interesse deles na região. E aí vamos ver quais são possíveis de fazer, quais não são, quais vamos colocar em lista de espera, o que dá para fazer. É um jogo onde nós estamos olhando a região de uma forma mais profunda”, comentou o secretário Jorge Lima.

Aprovação

A classe empresarial que compareceu ao encontro enxergou a iniciativa de forma positiva, principalmente na questão de envolver a iniciativa privada em diálogo constante com o poder público.

“Estou com expectativas muito boas. Temos que combater um pouco esse ceticismo que habita nas pessoas que viram muitos projetos não decolarem e nem saírem do papel, e infelizmente temos muitos exemplos na região. A gente como iniciativa privada sempre tem que agir com muito otimismo e não deixar determinadas

oportunidades como essa passarem”, declarou Ludmilla Rossi, CEO do hub de inovação Jucyhub.

Para Mauro Sammarco, presidente da Associação Comercial de Santos, o foco será no desenvolvimento e revitalização do Centro Histórico de Santos, pauta em que a instituição se mostra empenhada.

“Como associação estamos muito envolvidos na questão da revitalização do Centro Histórico. Existe lá um potencial imobiliário e turístico na região. Acho que isso vai ser uma grande alavanca de investimentos e desenvolvimento de Santos. O principal ponto que estamos focando é esse”, afirmou.

Outra questão importante que envolve o desenvolvimento da região são os gargalos ao acesso do Porto de Santos e a chegada à cidade somente através do Sistema Anchieta-Imigrantes, que serão debatidos

Segundo o secretário Jorge Lima, a Secretaria irá avaliar quais projetos propostos pelos empresários serão viáveis e ficarão em uma lista de espera

de forma mais abrangente em um dos eixos recém-criados.

“Vivemos um problema hoje de mobilidade, de acesso na região. Temos um colapso do sistema de Anchieta-Imigrantes, da Cônego Domênico Rangoni, junto ao próprio trânsito da Cidade de Santos. Isso precisa ser debatido o quanto antes porque o porto vai continuar crescendo”, comentou Fabrício Julião, CEO do Brasil Export.

“O que a gente precisa é de infraestrutura de acesso. E é isso que vai determinar a continuidade do nosso crescimento, trazer recursos para a região, através de impostos, mais postos de trabalho nesse ambiente por conta desse crescimento”, disse Ricardo Molitzas, presidente do Conselho do Santos Export e diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp).

Coalizões

Um dos projetos da Secretaria foi a formação de coalizões empresariais com o setor privado, para cada uma das regiões de São Paulo, que foram divididas em regiões macroeconômicas. A formação dessas coalizões, a partir de entidades empresariais locais de destaque, servirá para aproximar o setor empresarial das políticas públicas do Estado. Elas vão indicar à secretaria as grandes demandas do setor privado, auxiliando nas ações do Governo para a região.

Para a região da Baixada Santista, a SDE já oficializou a parceria com o Santos Export, através do Fórum Brasil Export.

Reprodução/Santa Cecília TV



REGIÃO SUL

Voos entre Uruguaiana e Congonhas serão operados todos os dias

Anteriormente, voos entre esses municípios ocorriam em somente três dias da semana

CÁSSIO LYRA
redacao@portalbenews.com.br

Desde segunda-feira (27) o Aeroporto Internacional Rubem Berta, no município de

Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, passou a realizar voos diretos para o Estado de São Paulo, via Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Segundo a administradora do aeroporto, a CCR Aeroportos, os voos acontece-

rão de segunda a sexta-feira.

A rota entre os dois municípios, segundo a companhia, é operada pela Voepass a serviço da Gol Linhas Aéreas e está disponível desde 2022. No entanto, os voos aconteciam somen-

te em três dias da semana.

Com a nova oferta de voos diretos durante toda a semana, os passageiros que fazem o traslado terão maior opção e flexibilidade para as viagens.

De acordo com a compa-

nhia, o horário do voo de Uruguaiana para São Paulo será às 15h10, com previsão de voo de três horas. Já o voo de São Paulo para o Rio Grande do Sul sairá às 11h0, com previsão de chegada às 14h10.

REGIÃO NORDESTE

Pecém completa 21 anos e prepara hub de hidrogênio verde

Empreendimento vai demandar investimentos públicos e privados no total de R\$ 2,2 bi

BRUNO MERLIN
bruno@forumbrasilexport.com.br

O jovem Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, cresceu rapidamente desde sua implantação. Completou 21 anos de operações na última terça-feira, dia 28, e abriga diversos empreendimentos voltados à movimentação de carga, produção industrial e siderurgia. Apesar de trabalhar para desenvolver todas essas frentes de negócios, o principal objetivo, a fim de manter o complexo na vanguarda do universo portuário nacional, está claro: dotá-lo da infraestrutura necessária para o hub de hidrogênio verde, viabilizando a exportação de até 1 milhão de toneladas de H2V.

A direção do porto projeta

que os investimentos necessários vão somar R\$ 2,2 bilhões, incluindo aplicações não só aportes do Governo do Ceará - responsável por sua gestão -, mas também da iniciativa privada: cerca de R\$ 1,2 bilhão serão desembolsados exclusivamente pelas empresas instaladas no Pecém.

"Estamos planejando esse investimento à medida que os contratos vão se concretizando. Assim, devemos criar um corredor de utilidades, por onde vão circular os dutos de amônia, gás natural, eventualmente de hidrogênio, e a parte de energia elétrica", ressaltou o presidente do Complexo do Pecém, Hugo Figueiredo.

A iniciativa privada terá a responsabilidade de construir os gasodutos, a estrutura para a tancagem dos combustíveis e o terminal para receber a produção e realizar as movimenta-



Porto de Pecém/Divulgação

Porto de Pecém deve gerar 80 mil vagas de empregos nos próximos anos

ções. No porto, dentre as obras que cabem ao Complexo, o pier 2 deve sofrer adaptações após o fim do contrato do Pecém com a Petrobras para a operação de amônia e hidrogênio verdes. Além disso, uma nova subestação será implantada para garantir a autosuficiência de energia para os eletrolisadores (usinas nas quais é gerado o H2V).

Nomeado para o cargo no final do último ano, Figueiredo

considera esta uma chance única para o desenvolvimento do estado cearense. "É uma oportunidade de mudar não só a vida de quem está diretamente envolvido, mas de impulsionar a economia para os cearenses que mais precisam. O potencial de geração de empregos é estimado em 80 mil vagas nos próximos anos", observou. Segundo ele, o corredor de utilidades impactará positivamente todos os segmentos que atuam

no Pecém, não somente aqueles ligados ao hidrogênio verde. "Estamos em reuniões com o Banco Mundial que apontou que o Ceará tem a condição para produção e exportação de H2V. Além disso, o Governo do Estado tem reunido esforços para atrair e manter investidores no estado. Por isso, o ano que vem deve ser decisivo para a consagração do hub de hidrogênio verde. Nossa expectativa é de que, em 2024, sejam tomadas as decisões finais de investimento. É quando toda a parte de engenharia já está elaborada, o licenciamento está obtido e a infraestrutura compartilhada está resolvida. Só os três pré-contratos que temos assinados já somam US\$ 8 bilhões em investimento, em cinco anos", explicou o presidente.

**NORTE
EXPORT**
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA,
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

3 E 4 DE ABRIL MANAUS - AMAZONAS

AGENDA
CONFIRMADA

Visita técnica à
Super Terminais

Visita técnica em navegação
pelo Rio Amazonas

Deslocamento até o "Encontro das
Águas", entre os rios Negro e Solimões

Atividade exclusiva para patrocinadores,
conselheiros e autoridades convidadas

Saiba mais em nosso site:

Local: Quality Manaus

www.forumbrasilexport.com.br

PATROCÍNIO



INICIATIVA E REALIZAÇÃO

**BRASIL
EXPORT**
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA,
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PRODUÇÃO



REGIÃO NORTE



Norte Export vai debater desenvolvimento da região amazônica

Fórum será realizado na próxima semana, em Manaus (AM)

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

Os desafios para o desenvolvimento portuário, logístico e do setor de transportes na Região Norte do Brasil serão debatidos na edição deste ano do Norte Export - Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes, a ser realizado em Manaus (AM), nos próximos dias 3 e 4 de abril.

A partir de visitas técnicas, apresentações e painéis de debates, o Norte Export 2023 irá discutir temas como: Operações logísticas na Região Amazônica - dificuldades, complexidades e soluções; A navegabilidade dos rios Amazonas e Madeira - propostas para melhorias; A Zona Franca de Manaus inserida na reindustrialização do Brasil e a redefinição das cadeias produtivas globais; e Acessos terrestres e hidroviários aos terminais portuários da região Norte. A partir dessas questões, serão avaliadas estratégias para garantir o desenvolvimento econômico da região amazônica, sem colocar em risco a preservação do meio ambiente.

A solenidade de abertura está marcada para as 18 horas (no fuso horário de Manaus, uma hora antes do horário de Brasília) do dia 3, reunindo lideranças empresariais regionais e nacionais e autoridades do setor.

Junto com o Norte Export, será realizada a primeira edição do InfraJur - Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes. O even-

to, que analisará questões jurídicas relacionadas com o setor de infraestrutura, ocorrerá no próximo dia 3, das 15 às 18 horas, antes da solenidade de abertura do fórum regional. Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura e Fatores ESG e Desenvolvimento Sustentável são os temas que serão discutidos nesse InfraJur.

A escolha de Manaus para ser a sede do Norte Export 2023 e da primeira edição regional do InfraJur ocorreu devido à importância da capital, de acordo com a organização. A cidade tem papel fundamental para o comércio exterior e para o setor industrial do Brasil, abrindo a Zona Franca de Manaus e importantes terminais portuários, como a Super Terminais, que será a principal anfitriã do evento.

Este será o quarto ano consecutivo de realização do Norte Export, versão regional do Brasil Export - Fórum Nacional de Logística, Infraestrutura e Transportes. Em 2020, marcou história sendo o primeiro fórum regional organizado pelo Brasil Export, em Macapá (AP). No ano seguinte, aconteceu em Belém (PA), na sede da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA). E por fim, em 2022, as atividades foram promovidas em Porto Velho, capital de Rondônia, incluindo uma visita em navegação monitorada pelo Rio Madeira.

Abertos a convidados, o Norte Export e o InfraJur vão acontecer no Quality Manaus Hotel. Eles são uma iniciativa e uma realização do Brasil Export e uma produção da Una Marketing de Eventos.

PROGRAMAÇÃO NORTE EXPORT 2023

Local: Quality Manaus Hotel | Avenida Mário Ypiranga, 1090, Adrianópolis, Manaus/AM
Atividades presenciais exclusivas para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas (horários no fuso de Manaus, uma hora antes do horário de Brasília)

3 DE ABRIL | SEGUNDA-FEIRA

08h15 | Visita técnica a Super Terminais, no Porto de Manaus

09h30 | Visita técnica ao Rio Amazonas, incluindo a visualização do encontro das águas dos rios Negro e Solimões.

12h00 | Almoço

15h00 | InfraJur - Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes *(início da transmissão online pelo Portal BE News)*

Painel 1 do InfraJur. Tema: Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura

16h00 | Coffee-break

16h30 | Painel 2 do InfraJur. Tema: Fatores ESG e Desenvolvimento Sustentável

Presenças confirmadas:

Paulo Dias Moura Ribeiro, ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça)

Evandro Pereira Valadão Lopes, ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho)

Fernando Reverendo Vidal Akaoui, desembargador do TJ/SP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)

18h00 | Solenidade de Abertura do Norte Export - Fórum Regional de Logística, Infraestrutura e Transportes

4 DE ABRIL | TERÇA-FEIRA

(início da transmissão online pelo Portal BE News)

09h00 | Abertura dos trabalhos pelo presidente do Conselho Nacional do Brasil Export, José Roberto Campos, e pelo presidente do Conselho do Norte Export, Sergio Aquino

09h15 | Painel 1: Operações logísticas na Região Amazônica - dificuldades, complexidades e soluções

- Adequação da infraestrutura de transportes com vistas a atender ao fluxo de cargas do mercado
- Melhor aproveitamento dos recursos da região, com operações aquaviárias voltadas para melhoria da produtividade das operações

- Potenciais pouco explorados devido à necessidade de criação de corredores logísticos para o transporte de cargas

- Caminhos para conciliar desenvolvimento sustentável, respeito às normas vigentes e criação de novos negócios

Apresentador: Sergio Aquino, presidente do Conselho do Norte Export e da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop)

Moderador: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do BE News

Debatedores: Helano Pereira Gomes, diretor Executivo Institucional e de Desenvolvimento de Negócios da Ultracargo; Marcello Di Gregorio, diretor-Geral da Super Terminais; Renato Freitas, superintendente da Transglobal

10h45 | Coffee-break

11h00 | Painel 2: A navegabilidade dos rios Amazonas e Madeira - propostas para melhorias

- Aproveitamento dos recursos naturais para melhorar eficiência do transporte aquaviários de cargas
- Estudos de viabilidade de navegação de navios de grande porte nos rios Amazonas e Madeira

- Avanços nas regulações e normativas que dizem respeito à atividade

- Mobilização institucional para o desenvolvimento da navegação interior

Apresentadora: Cláudia Borges, Diretora-Executiva, Relações Institucionais e Comunicação da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)

Moderador: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do BE News

Debatedores: João Gilberto Coelho, presidente da Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia (PROA); José Renato Ribas Fialho, superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (Antaq); Claudomiro Carvalho Filho, presidente da ABANI (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior)

12h15 | Almoço

14h00 | Painel 3: A Zona Franca de Manaus inserida na reindustrialização do Brasil e a redefinição das cadeias produtivas globais

- Fortalecimento das exportações da produção da Zona Franca de Manaus
- Qualificação dos produtos e serviços exportados e da mão de obra empregada na atividade
- Incentivos à bioeconomia e soluções para gerações de emprego e renda na região Norte

- Apresentação das demandas do setor para uma nova realidade tributária

Apresentador: José Vitor Mamede, diretor-executivo do Brasil Export

Moderador: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do BE News

Debatedores: Pauderney Avelino, secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas (a confirmar); Augusto Cesar Barreto Rocha, diretor adjunto da Federação da Indústria do Estado do Amazonas (FIEAM); representante da Suframa

15h30 | Coffee-break

16h00 | Painel 4: Acessos terrestres e hidroviários aos terminais portuários da região Norte

- Melhoria das conexões dos ativos de infraestrutura da região com pólos de produção do agronegócio

- Planejamento da infraestrutura de transportes para racionalizar os corredores logísticos do Arco Norte

- Iniciativas dos terminais portuários para aumento da produtividade das operações

- Desafios de aumento de calado nos canais de navegação

Apresentadora: Jacqueline Wendpap, diretora do Instituto Praticagem do Brasil

Moderador: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do BE News

Debatedores: Jorge Bastos, presidente da INFRA S.A.; Jesualdo Silva, presidente da ABTP (Associação Brasileira dos Terminais Portuários); Ricardo Delfim, diretor Comercial da Jan de Nul;

Ruy Lourenço, gerente executivo comercial e de Desenvolvimento da Santos Brasil para a Região Norte

17h30 | Leitura da Carta do Norte Export 2023 e anúncio da sede do Norte Export 2024

Super Terminais/Divulgação



Visitas técnicas, como a que ocorrerá às instalações da Super Terminais, no Porto de Manaus, integram a programação do Norte Export

**BENJAMIN GALLOTTI**

Sócio fundador do Escritório Gallotti e Advogados Associados, conselheiro regional e nacional do Brasil Export e presidente do conselho do Portugal Export

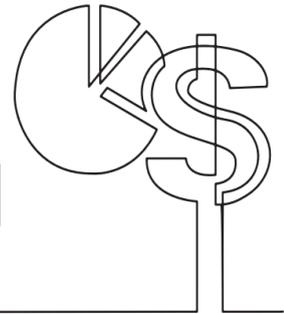
ALEXANDRE MOREIRA LOPES

Coordenador Jurídico do Escritório de Advocacia Gallotti e Advogados Associados e conselheiro do Centro-Oeste Export

opinio@portalbenews.com.br

► DIREITO

A imunidade recíproca das autoridades portuárias para pagamento do IPTU e a evolução jurisprudencial



Recente julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrido em 8 de fevereiro de 2023, vem ensejando dúvidas e insegurança jurídica aos contribuintes vencedores de litígios na justiça, cujas decisões transitadas em julgado deveriam garantir o direito ao não recolhimento de tributos.

Na análise dos temas 881 e 885, afetados por repercussão geral, os ministros do STF chegaram à conclusão de que “as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo”.

A partir dessa interpretação, o plenário do STF entendeu que, mesmo as empresas que conseguiram na Justiça o direito de não pagar CSLL, deveriam ter retomado o recolhimento da contribuição a partir do ano de 2007, momento no qual o STF afirmou, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 15, que a contribuição era constitucional e deveria ser paga, relativizando os efeitos da coisa julgada.

No que se refere ao setor portuário, o novo entendimento autoriza reflexão acerca da imunidade recíproca conferida às administrações portuárias quanto ao recolhimento do IPTU. A referida imunidade tem origem no julgamento do RE nº 253.472/SP, ocorrido em 02/2011, quando o plenário do STF analisou a possibilidade de extensão da imunidade recíproca tributária às administrações portuárias, garantida aos entes da administração pública direta pelo art. 150, inciso VI, da Constituição Federal.

Em análise, o STF considerou que as administrações portuárias (ou autoridades portuárias) atuam por mera instrumentalidade estatal, na medida em que suas atividades não buscam a satisfação de interesse próprio ou acúmulo patrimonial, tampouco há risco de quebra do equilíbrio concorrencial, considerando que administram os portos em regime de monopólio. Garantilhes, portanto, imunidade em relação ao recolhimento do IPTU, consolidando, todavia, que a exploração de atividade econômica, destinadas ao aumento patrimonial do Estado e de particulares (empresas arrendatárias), devem ser tributadas.

Da análise, sobrevieram desdobramentos. Primeiramente, teve origem o tema nº 385, por meio do qual buscava-se a ampliação do benefício de imunidade do IPTU aos arrendatários de áreas portuárias. Na análise do tema, o STF interpretou ser devida a cobrança do IPTU em face dos arrendatários, fixando a seguinte tese de repercussão geral: “A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição, não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade

econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município”.

Um segundo desdobramento pode ser notado pela veiculação do tema 1.140 de repercussão geral, ocasião na qual se discutiu, à luz dos arts. 150, VI, a, e 173, §1º e §2º da Constituição Federal, a possibilidade de aplicação da imunidade recíproca a sociedade de economia mista prestadora de serviço público de transporte de passageiros, observando-se a livre concorrência, o intuito lucrativo das empresas e a cobrança de tarifa dos usuários.

Na ocasião, foi fixada a seguinte tese: “As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação.”

Ocorre que, a despeito de um bem definido regime de exploração das administrações portuárias, que consiste especialmente na gestão do porto público da União, com a finalidade de garantir eficiência e tratamento isonômico aos usuários, tem-se observadas alterações nos entendimentos dos Tribunais do país acerca da natureza jurídica das administrações portuárias, afetando, em contrapartida, a garantia de imunidade recíproca até então conferida.

É o exemplo da apelação julgada no processo nº 0003059-89.2013.815.0731, por meio da qual o Tribunal de Justiça da Paraíba recusou o direito à imunidade ao IPTU à administração portuária, ao argumento de que a empresa possui capital aberto na bolsa de valores e, por isso, possui fins lucrativos, enquadrando-se na vedação insculpida no Tema 385.

Ainda que se entenda tratar-se de um posicionamento isolado promovido pelo Tribunal, a autoridade portuária moveu Reclamação Constitucional ao STF que, diga-se, manteve o entendimento, ao fundamento de que a decisão estaria alinhada com a jurisprudência da Suprema Corte.

Diante disso, a reflexão remanesce da evolução jurisprudencial observada sobre o tema, não pela eventual assertividade do julgamento do TJPB e do STF (da qual discordamos), mas especialmente no problema que poderá derivar desta interpretação, sobretudo quando se observa que o Tema 385 foi julgado em 04/2017 e, caso prevaleça a aplicação do tema em relação às administrações portuárias, poderá haver retroatividade da cobrança até referida data, mediante a relativização da coisa julgada. Essa situação de insegurança jurídica é prejudicial aos investimentos em infraestrutura, que, via de regra, exigem longos períodos para amortização, considerando os vultosos valores necessários para a construção de portos/terminais, rodovias e aeroportos.